

Revisão e Reescrita em Documentos Oficiais: conceitos e orientações metodológicas

REVISION AND REWRITING IN OFFICIAL DOCUMENTS:
CONCEPTS AND METHODOLOGICAL ORIENTATIONS

Renilson José **MENEGASSI ***
Denise Moreira **GASPAROTTO ****

Resumo: O texto discute como os conceitos e as orientações metodológicas sobre os processos de revisão e reescrita de textos em situação de ensino são concebidos, apresentados e orientam o trabalho do professor de Língua Portuguesa. Para tanto, são caracterizados os conceitos de revisão e reescrita em quatro documentos oficiais brasileiros, dois de abrangência nacional e dois de abrangência ao estado do Paraná. As informações foram organizadas a partir do que os documentos apresentam acerca das atitudes do professor e do aluno frente aos conceitos investigados, que determinam as orientações metodológicas para o trabalho com a produção textual. Os resultados demonstram irregularidades no tratamento desses processos, destacando-se um dos documentos de caráter nacional como aquele que se apresenta mais adequado em relação às orientações conceituais e metodológicas, revelando que os documentos que norteiam o ensino de língua materna no país ainda não estão discutindo apropriadamente o processo de produção textual escrita, em específico a revisão e a reescrita, mesmo os documentos mais recentes.

Palavras-chave: Revisão. Reescrita. Documentos oficiais brasileiros.

* Doutor em Letras (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis. Professor na Universidade Estadual de Maringá. Contato: renilson@wnet.com.br.

** Mestre em Letras (2014) pela Universidade Estadual de Maringá. Professora no Instituto Federal Catarinense. Contato: denisegasparotto@yahoo.com.br.

Abstract: The text discuss how the concepts and the methodological orientations about text revision and rewriting processes, in teaching context, are conceived, presented and guide the Portuguese Language teacher's work. To this end, the concepts of revision and rewriting are characterized in four Brazilian official documents, two from national scope and two from Paraná state. The information was organized from what the documents show about the teacher and student attitude face to the investigated concepts, which determine the methodological orientations to the text production work. The results show irregularities in these processes handling, highlighting one of the official documents, from national scope, as the one that presents more suitable methodological and conceptual orientations. It shows that the documents which guide the mother language teaching in the country are still not appropriately discussing the writing text production process, specifically the revision and rewriting, even in more recent documents.

Keywords: Revision. Rewriting. Brazilian official documents.

Considerações Iniciais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) foram instituídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o intuito de nortear professores e demais profissionais da Educação Básica na elaboração de currículos escolares e nas práticas de ensino voltadas para uma política educacional pautada na cidadania crítica. Na disciplina de Língua Portuguesa, um notável avanço foi o fato de passar-se a considerar o texto, e não mais a frase, como unidade básica de ensino, a partir da noção de gêneros discursivos (BAKHTIN, 2009). Esses documentos foram divididos em quatro volumes: PCN do 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997), PCN do 3º e do 4º ciclos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998), PCN do Ensino Médio (PCNEM) (BRASIL, 1999) e PCN+ (BRASIL, 2002), produzidos posteriormente como complementação para os PCNEM.

Os PCN apresentam uma parte introdutória, com orientações gerais, e vários outros volumes intitulados conforme a divisão citada. Cada volume contém, separadamente, parâmetros norteadores para cada disciplina, em que se descrevem objetivos, conteúdos, tratamento didático e critérios de avaliação. Especificamente, aqui, neste texto, interessam-nos as orientações à disciplina de Língua Portuguesa. A partir desses parâmetros de ordem nacional,

alguns estados brasileiros elaboraram suas diretrizes curriculares, a fim de atender mais propriamente a realidade social, econômica e política da Educação Básica em sua região, como é o caso do Paraná, com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCE-PR) (PARANÁ, 2008).

Assim, como parte do projeto de pesquisa “Caracterização de conceitos relacionados à reescrita em documentos oficiais brasileiros”, desenvolvido junto à Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, objetivamos compreender como os conceitos de revisão e a reescrita de textos são apresentados e discutidos nesses documentos, em suas orientações metodológicas para o trabalho em situação de ensino, como forma de entender esses processos fundamentais para a produção de textos escritos na escola. As fontes de pesquisa foram, essencialmente, as várias versões dos PCN, as Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa do estado do Paraná, assim como as Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais (PARANÁ, 2010), também do Paraná, escolhas advindas em função da Instituição de Ensino Superior de origem dos autores deste texto. Nesses dois últimos, há uma parte introdutória e, em seguida, orientações concernentes a cada disciplina do currículo escolar. As DCE-PR dedicam-se a toda Educação Básica, sem divisão de ciclos ou níveis, sendo que, ao final da discussão sobre cada disciplina, há uma seção que apresenta os conteúdos básicos que devem ser contemplados em cada ano. Em todos os documentos, ativemo-nos às orientações voltadas para a disciplina de Língua Portuguesa especificamente.

Esta análise documental procurou destacar a relevância dada aos conceitos de revisão e reescrita em âmbito nacional e estadual, considerando-se a necessidade de desenvolvimento do processo de produção textual escrita nas aulas de língua materna (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991; GERALDI, 1996; GARCEZ, 1998; MENEGASSI, 1998, 2010, 2013; JESUS, 2001; ANTUNES, 2003; ROCHA, 2003; SERAFINI, 2004; COSTA-VAL, 2009; FIAD, 2009; SERCUNDES, 2011; FUZA; MENEGASSI, 2012; MOTERANI, 2012; RUIZ, 2012; GASPAROTTO; MENEGASSI, 2013). Desse modo, observamos se as orientações de trabalho com a escrita, propostas por esses documentos, são coerentes, se corroboram entre si e se há aproximações com os pressupostos teóricos que fundamentam as propostas atuais sobre o ensino de língua. Além disso, investigamos o respaldo e as orientações dados aos professores, com relação ao trabalho teórico-metodológico com a escrita.

1 PCN e DCE-PR: concepção de linguagem

Antes de descrevermos as orientações relacionadas à revisão e à reescrita, consideramos pertinente apresentar a concepção de linguagem adotada em cada um dos documentos, pois, a partir dela, podemos compreender melhor as propostas concernentes à produção textual. Observamos que os PCN do 1º e 2º ciclos (BRASIL, 1997) e do 3º e 4º ciclos (BRASIL, 1998) imprimem a mesma definição para o termo. No primeiro, considera-se a linguagem como “uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história” (BRASIL, 1997, p. 22). No segundo, da mesma forma, a linguagem é considerada “ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história” (BRASIL, 1998, p. 20). Em ambos, a noção de interação é presente, com interlocução definida por finalidade social marcada para a produção da linguagem, princípios discutidos pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999; BAKHTIN, 2009) e pesquisadores brasileiros de Linguística Aplicada (GERALDI, 1996, 1997; GARCEZ, 1998; FARACO, 2003; LEAL, 2003; ROJO, 2008; ACOSTA-PEREIRA, 2010; MENEGASSI, 2010). O fato de os dois parâmetros para o Ensino Fundamental apresentarem a mesma concepção de linguagem, com a mesma redação, nos leva a inferir que provavelmente tenham sido elaborados pelo mesmo grupo de profissionais, demonstrando uma visão comum da linguagem com função social.

Nos PCNEM, temos que a linguagem é a “capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências de vida em sociedade” (BRASIL, 2000, p. 5). Defende-se, ainda, que a linguagem é uma herança social que tem a interação, a comunicação com o outro, como seu principal objetivo. Observamos que as mesmas características dos documentos do Ensino Fundamental se mantêm, ampliando-se aos campos das experiências humanas em sociedade.

Nos PCN+ (2002), observamos que “linguagem é todo sistema que se utiliza de signos e que serve como meio de comunicação” (BRASIL, 2002, p. 39). O documento cita também a definição apresentada pelos PCNEM (2000).

As DCE-PR são o primeiro desses documentos que apresentam uma referência teórica explícita. Ancorando-se no Círculo de Bakhtin, o documento postula que “a linguagem é tida como um fenômeno social, pois nasce da necessidade de interação (política, social, econômica) entre os homens” (PARANÁ, 2008, p. 49). Sob essa perspectiva, destaca-se que a língua deve ser vista como uma arena onde se defrontam diversas vozes sociais e se manifestam diferentes opiniões, numa nítida referência à metáfora bakhtiniana de que a língua é uma arena de lutas, onde os homens se constituem e se consolidam socialmente.

Por fim, as Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais-PR, também ancoradas nos princípios bakhtinianos, propõem “uma concepção de linguagem como atividade sociointerativa” (PARANÁ, 2010, p. 137), sem ampliar a discussão.

Os documentos comungam, portanto, um conceito de linguagem inerente à prática social, porém, apenas os dois últimos destacam sua orientação teórica, até porque, cronologicamente, foram produzidos em momento e viés distintos. As DCE-PR vão além ao indicar a multiplicidade de vozes presentes no discurso, um conceito caro à vertente bakhtiniana, já demonstrando preocupação com a posição do interlocutor nos diversos campos de atuação humana.

2 PCN: concepção de texto

Ao voltarmos-nos para o trabalho com a língua escrita, observamos que predomina entre esses documentos a visão de texto como unidade básica de ensino. Nos PCN 1º e 2º ciclos, encontramos que

Se o objetivo é que o aluno aprenda a produzir e a interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizadas, pouco têm a ver com a competência discursiva, que é questão central. Dentro desse marco, a unidade básica de ensino só pode ser o texto, mas isso não significa que não se enfoquem palavras ou frases nas situações didáticas específicas que o exigem. (BRASIL, 1997, p. 29).

E destaca, ainda:

Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e à circunstância enunciativa em questão. (BRASIL, 1997, p. 47).

Esses Parâmetros, além de defenderem o texto como unidade de ensino, mostrando que as unidades menores não são abandonadas no trabalho, mas contempladas a partir do texto, apresentam a importância dos gêneros textuais, no sentido de formar um aluno articulador de seu discurso, a partir de enunciados concretos (BAKHTIN, 2009). Novamente, como percebemos ao tratar da concepção de linguagem, os PCN 3º e 4º ciclos apresentam a mesma redação, com pouquíssimas diferenças, para o trabalho com a escrita. Defendem, portanto, que o ensino que não tem como unidade básica o texto não contribui para o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos.

Ao tratar dos gêneros discursivos, o documento ressalta que devem ser objeto de ensino, explicando:

Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. (BRASIL, 1998, p. 23).

Aqui, fica-nos clara a proposta de ensino de gêneros fundamentada em Bakhtin e seu Círculo, que propõem a constituição de um gênero discursivo por sua natureza temática, estrutura composicional e estilo. Contudo, nenhuma referência explícita é feita ao autor, que é citado apenas na lista de referências, no final do texto.

Ao consultarmos o PCNEM, encontramos que “o texto é único como enunciado, mas múltiplo enquanto possibilidade aberta de atribuição de significados, devendo, portanto, ser objeto também único de análise/síntese.” (BRASIL, 2000, p. 19). Já a orientação para o trabalho com os gêneros foi encontrada na introdução que o documento apresenta à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que envolve outras três disciplinas além da Língua Portuguesa. Destaca-se que “o estudo dos gêneros discursivos e dos modos como se articulam proporciona uma visão ampla das possibilidades de usos

da linguagem, incluindo-se aí o texto literário.” (BRASIL, 2000, p. 8). Dessa forma, inferimos que os PCNEM também apontam os gêneros discursivos como objeto de ensino, porém, essa visão não é explicitada ao longo do documento, especialmente ao se definirem os parâmetros para o ensino de Língua Portuguesa, que enfatizariam a importância desse trabalho.

Nos PCN+, novamente encontramos alusões aos pressupostos teóricos de Bakhtin e seu Círculo sem que lhes sejam feitas referências. Salienta-se que “o texto verbal pode assumir diferentes feições, conforme a abordagem temática, a estrutura composicional, os traços estilísticos do autor – conjunto que constitui o conceito de gênero textual” (BRASIL, 2002, p. 20). Há, aqui, uma preocupação em articular os conceitos de gênero e texto, evidenciando o seu engendramento. O que nos chama atenção é que, ao contrário dos documentos anteriores, não se afirma que o texto deve ser a unidade básica de ensino, mas sugere-se a possibilidade de ele ter esse papel.

A partir do pressuposto de que o texto pode ser uma unidade de ensino, sugere-se abordá-lo a partir de dois pontos de vista:

- Considerando os diversos aspectos implicados em sua estruturação, a partir das escolhas feitas pelo autor entre as possibilidades oferecidas pela língua.
- Na relação intertextual, levando em conta o diálogo com outros textos e a própria contextualização. (BRASIL, 2002, p. 20).

Mais adiante, identificamos um destaque para os gêneros como objeto de ensino. Argumenta-se: “como os textos ganham materialidade por meio dos gêneros, parece útil propor que os alunos do ensino médio dominem certos procedimentos relativos às características de gêneros específicos.” (BRASIL, 2002, p. 78). Novamente não há uma assertiva sobre o trabalho com os gêneros, mas uma menção a sua utilidade para o ensino. Essa característica de apenas mencionar, sem definir e caracterizar, é comum a todos os documentos oficiais em âmbito federal.

3 DCE-PR: língua e gêneros discursivos

Já no âmbito do estado do Paraná, recorte escolhido para este texto, as DCE-PR traçam um panorama histórico, expondo os diversos enfoques dados ao ensino de língua ao longo do tempo, expandindo, de certa forma, a proposta dos documentos anteriores.

A dimensão tradicional de ensino da língua cedeu espaço a novos paradigmas, envolvendo questões de uso, contextuais, valorizando o texto como unidade fundamental de análise. [...]

Geraldi, em seu artigo, defende uma abordagem com as unidades básicas de ensino de português (leitura, produção textual e análise lingüística), tendo como ponto de partida o texto. (PARANÁ, 2008, p. 46).

Após fundamentar-se na teoria bakhtiniana, o documento passa a discutir a forma como essa teoria ecoou em território nacional. Para isso, apresenta-se a obra organizada por João Wanderlei Geraldi, em 1984, intitulada *O texto na sala de aula*. A menção ao artigo de Geraldi explicita aquilo que se propõe como o texto sendo unidade básica de ensino, salientando que, a partir do texto, deve-se chegar à prática de leitura, escrita e de análise lingüística, corroborando os PCN.

Nas Orientações Pedagógicas, por se destinarem aos anos iniciais do Ensino Fundamental, há um direcionamento para a discussão sobre alfabetização e letramento. Critica-se o ensino baseado em frases ou pseudotextos, aqueles construídos especificamente para se ensinar a ler e escrever, e defende-se um ensino com base em textos reais, usados nas práticas sociais da criança (PARANÁ, 2010).

Neste documento, há uma preocupação quanto à leitura que se faz da teoria bakhtiniana ao aplicá-la ao ensino.

Por outro lado, a implicação da teoria bakhtiniana de se ensinar língua por meio do trabalho com textos não pode ser entendida como recusa da necessidade de haver estudo contemplando, também, o trabalho com o sistema da linguagem, sob pena de se estar negando sua face estável.

O que o autor postula, para uma explicação mais coerente sobre o fenômeno da linguagem, é a necessidade de se buscar uma apropriação dialética entre o polo do sistema e o da atividade. Portanto, dicotomizar – privilegiando uma ou outra face – é uma distorção da teoria, quando trazida para a práxis do ensino. (PARANÁ, 2010, p. 137).

Atenta-se, portanto, para um ensino que parta do texto e chegue às unidades menores, constitutivas dos enunciados, alegando-se que, na teoria

de Bakhtin, não há dicotomias entre texto e linguagem. Ainda nesse documento, encontramos uma seção chamada *Gêneros textuais: objeto de estudo no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa*, em que se reforça a importância do trabalho com variados gêneros, já salientando que são instrumentos para se apropriar dos conhecimentos da língua:

Para que a escola atenda da melhor maneira possível as necessidades do cidadão em relação aos conhecimentos essenciais sobre sua língua materna, é indispensável que ela proporcione aos alunos o contato com diversos gêneros, priorizando aqueles mais necessários nas práticas sociais. (PARANÁ, 2010, p. 138).

Este trecho do documento aponta uma relação do aprendizado dos gêneros não apenas como conteúdo da aula de língua materna, mas como auxiliador na formação cidadã, que permite ao aluno a apropriação da língua em uso, a partir de enunciados concretos da sociedade.

Ao relacionar, de maneira sucinta, as informações apresentadas, entendemos que os dois PCNs voltados para o ensino fundamental, as DCE-PR e as Orientações paranaenses são precisos ao proporem um ensino pautado no texto que se materializa por meio dos gêneros. Os PCNEM discutem, mas não aprofundam o assunto, e os PCN+ adotam um discurso menos comprometedor, que apenas sugere o trabalho com base em textos, sem apontar isso como uma necessidade. Outro ponto importante é que apenas os documentos do estado do Paraná fazem menção explícita à abordagem teórica que lhes fundamenta, embora em todos os documentos analisados tenhamos encontrado alusões, pelo menos, aos pressupostos de Bakhtin e seu Círculo.

Mediante essa análise, chegamos ao nosso principal objetivo, de compreender como a revisão e a rescrita são tratadas nesses documentos, em seus conceitos e orientações metodológicos de trabalho. Consideramos toda a análise anterior indispensável, pois não seria profícuo buscar a menção a esses termos sem observar as concepções de linguagem e ensino da escrita que os permeiam.

4.1 Revisão e reescrita nos documentos oficiais

Numa primeira análise, constatamos informações e conceitos diversos a revisão e reescrita, além de grande variação no nível de aprofundamento do assunto. Esses conceitos aparecem com nomenclaturas também diferentes: revisão, refacção, refazer textual, reescrita, destacados por grifos para salientá-los. O Quadro 1 sistematiza e apresenta os conceitos a partir da caracterização sobre o que são, como devem ser trabalhados e por que empregá-los no processo de produção textual escrita, propostos nos documentos.

Quadro 1 – Os conceitos de revisão e reescrita nos documentos oficiais

REVISAR/ REESCREVER	O QUE É?	COMO?	POR QUÊ?
PCN 1º E 2º CICLOS	<p>- “[...] ensinar a <u>revisar</u> é completamente diferente de ensinar a passar a limpo um texto corrigido pelo professor [...] é algo que depende de se saber articular o necessário [...] e o possível.” (p. 37)</p> <p>- “Chama-se <u>revisão</u> de texto o conjunto de procedimentos por meio dos quais um texto é trabalhado até o ponto em que se decida que está, para o momento, suficientemente bem escrito.” (p. 54)</p> <p>- “[...] a <u>revisão</u> de texto seria uma espécie de controle de qualidade da produção.” (p. 55)</p>	<p>- “O trabalho com rascunhos é imprescindível, é uma excelente estratégia didática para que o aluno perceba a provisoriedade dos seus textos e analise seu próprio processo.” (p. 51)</p> <p>- “[...] <u>revisar</u>, desde o planejamento, ao longo de todo o processo: antes, durante e depois.” (p. 51)</p> <p>- “acrescentando, retirando, deslocando ou transformando porções do texto, com o objetivo de torná-lo mais legível para o leitor.” (p. 55)</p>	<p>- “[...] ler para <u>revisar</u> [...] é um procedimento especializado que precisa ser ensinado em todas as séries.” (p. 45)</p> <p>- “Um escritor é competente se olha para o seu texto e “é capaz de <u>revisá-lo</u> e <u>reescrevê-lo</u> até considerá-lo satisfatório para o momento.” (p. 48)</p>
PCN 3º E 4º CICLOS	<p>- “Por <u>refacção</u> se entendem, mais do que o ajuste aos padrões normativos, os movimentos do sujeito para reelaborar o próprio texto [...]” (p. 28)</p> <p>- “[...] a <u>refacção</u> faz parte do processo de escrita: durante a elaboração de um texto, se relem trechos para prosseguir a redação, se reformulam passagens. Um texto será quase sempre produto de sucessivas versões.” (p. 77)</p>	<p>- “[...] apagando, acrescentando, excluindo, redigindo outra vez determinadas passagens de seu texto original, para ajustá-lo à sua finalidade.” (p. 28)</p>	<p>- “Aprender a pensar e falar sobre a própria linguagem [...] supõe [...] tomar como objeto de reflexão os procedimentos de planejamento, de elaboração e de <u>refacção</u> dos textos.” (p. 28)</p> <p>- “permite que o aluno se distancie de seu próprio texto, de maneira a poder atuar sobre ele criticamente.” (p. 77)</p>

<p style="text-align: center;">DCE-PR</p>		<p>- “O <u>refazer textual</u> pode ocorrer de forma individual ou em grupo, considerando a intenção e as circunstâncias da produção e não a mera “higienização” do texto do aluno, para atender apenas aos recursos exigidos pela gramática.” (p. 70)</p> <p>- “No momento da <u>refacção</u> textual, é pertinente observar, por exemplo: se a intenção do texto foi alcançada, se há relação entre partes do texto, se há necessidade de cortes, devido às repetições, se é necessário substituir parágrafos, ideias ou conectivos.” (p. 82)</p>	
<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA OS ANOS INICIAIS-PR</p>		<p>- “Na <u>reescrita</u>, as intervenções de colegas e/ou professor serão significativas no sentido de contribuírem apontando falhas e/ou sugerindo formas mais adequadas para contemplar aquilo que o autor pretendia dizer.” (p. 147)</p> <p>- “[...] quer seja acrescentando, excluindo, substituindo e/ou deslocando segmentos linguísticos, com o objetivo de adequar a produção à situação sócio-verbal.” (p. 147)</p>	<p>- “A prática de <u>reescrita</u> facultará ao aluno aguçar sua capacidade de identificar segmentos do texto onde aquilo que está escrito não é o pretendido, e aplicar conhecimentos sobre a língua para resolver as falhas [...], com o objetivo de adequar a produção à situação sócio-verbal.” (p. 147)</p> <p>- “A <u>reescrita</u> deve ser prática frequente, pois, por meio dessa atividade, o aluno formula e reformula hipóteses para progredir.” (p. 149)</p>

Fonte: Os autores.

A partir da organização dessas informações, o primeiro aspecto que nos chama a atenção é o fato de que tanto nos PCNEM quanto nos PCN+ não há menção sobre os conceitos relacionados à revisão e à reescrita. Esses documentos destacam a importância do planejamento e do domínio da escrita para a articulação de textos, contudo, omitem aquelas que, segundo Menegassi (1998), seriam etapas necessárias à produção textual, especialmente, destacamos,

no que diz respeito à produção textual em situação de ensino, que deveria implicar reflexão, revisão e reescrita.

Outro aspecto que observamos foi a diversificada terminologia utilizada pelos documentos. O termo *revisão* é comum em todos eles, já o termo *reescrita* é abordado distintamente:

- PCN 1º e 2º ciclos: *revisão* e *reescrita*;
- PCN 3º e 4º ciclos: *refacção*;
- DCE-PR: *refazer textual*, *refacção textual*;
- Orientações Pedagógicas: *reescrita*.

Nos PCN 1º e 2º ciclos, o conceito de *revisão* aparece como um processo a ser ensinado, por um conjunto de procedimentos que ocupa lugar em todo o processo – antes, durante e depois (MENEGASSI, 1998; SERAFINI, 2004; RUIZ, 2012), para que o texto tenha qualidade suficiente. Por sua vez, esse documento não define *reescrita* especificamente, porém encontramos expressões que nos indicariam o conceito, tais como: “trabalho com rascunhos”, “provisoriamente dos seus textos” e referências à operações linguísticas empregadas na *reescrita*, propostas por Fabre (1987), estudadas por Fiad e Mayrink-Sabinson (1991) e Menegassi (1998), Moterani (2012), que são acréscimo, substituição, supressão e deslocamento: “acrescentando, retirando, deslocando ou transformando porções do texto”.

Pertinente, também, é o fato de, por vezes, a definição de *revisão* supor claramente a existência da *reescrita* (MOTERANI, 2012). Nesse documento, vimos que “chama-se *revisão* de texto o conjunto de procedimentos por meio dos quais um texto é trabalhado até o ponto em que se decida que está, para o momento, suficientemente bem escrito” (BRASIL, 1997, p. 54). Ora, um texto só pode estar *revisado* e suficientemente bem escrito se passar pelo processo de *reescrita*, em que as reformulações apontadas na *revisão* são avaliadas e, se o autor do texto julgar necessário, incorporadas na nova versão. Isso nos remete às proposições de Menegassi (1998; 2013), ao afirmar que a *revisão* é um produto do qual emerge um novo processo, o de *reescrita*, permitindo uma nova etapa na construção do texto.

Por outro lado, nos PCN 3º e 4º ciclos, que em muitas discussões apresentam *redação* quase idêntica aos PCN dos primeiros ciclos, além de propor a *revisão*, ainda que de forma sutil: “durante a elaboração de um texto, se releem trechos para prosseguir a *redação*...”, também utilizam o termo *refacção* para o processo de reelaboração textual que está inserido no

processo de escrita. Neste conceito, destacam-se como procedimentos: ajustes aos padrões normativos, parte do processo de escrita, geração de reflexões, utilização de operações linguísticas (FABRE, 1987), possibilidade de agir criticamente sobre o próprio texto. Assim, a definição de refacção defendida nesse documento é próxima à de reescrita. Independentemente da nomenclatura, o que fica muito marcado é a consciência de que a escrita é um processo em que a revisão e a refacção são subprocessos que se engendram em todas as fases da elaboração textual (GARCEZ, 1998; MENEGASSI, 1998; RUIZ, 2012; SERAFINI, 2004).

Nas DCE-PR, encontramos duas expressões, refazer textual e refacção textual, como sinônimas de reescrita. Neste documento, há apenas a determinação de como fazer com a refacção, sem conceituá-la, muito menos justificar seu emprego no processo de escrita. Assim, o documento caracteriza essa etapa como o momento em que o produtor lança mão de operações linguísticas de reescrita (FABRE, 1987), para adequação do texto à finalidade de sua produção. Na verdade, não é um conceito bem discutido no documento, apenas citado, considerado como conhecido pelo leitor, no caso, o professor de Língua Portuguesa.

Já nas Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais-PR, o termo reescrita é utilizado para definir o como e o porquê de seu emprego e uso em sala de aula. Dessa forma, não é empregada a revisão, mas parte-se do princípio de que a reescrita ocorre e junto a ela. Nesse sentido, a revisão é pressuposta: “apontando falhas e/ou sugerindo formas mais adequadas para contemplar aquilo que o autor pretendia dizer”. Da mesma maneira como nos demais documentos, salientam-se as operações linguísticas como práticas efetivas para a condução da reescrita. Destaca-se que este foi o único documento em que as condições de produção de um gênero discursivo (GERALDI, 1997; BAKHTIN, 2009; MENEGASSI, 2012) são consideradas: “facultará ao aluno aguçar sua capacidade de identificar segmentos do texto onde aquilo que está escrito não é o pretendido, e aplicar conhecimentos sobre a língua para resolver as falas, com o objetivo de adequar a produção à situação sócio-verbal”. Assim, apesar de não conceituar revisão e reescrita, as Orientações Pedagógicas contemplam como e porque trabalhar com esses conceitos em sala de aula.

No que concerne às práticas de revisão e reescrita, ou seja, ao modo como devem ser abordadas em sala de aula, todos os documentos corroboram a visão de que a reescrita demanda a utilização de operações

linguístico-discursivas de acréscimo, substituição, apagamento e deslocamento, pensando-se numa ampliação proposta por Fabre (1987). Contudo, não há menção a pesquisadores que apresentam ou discutam essas operações, até porque talvez isso não caiba num documento oficial. Assim, é possível inferir que, para todos os documentos analisados, as operações linguístico-discursivas seriam um dos movimentos naturais de revisão e reescrita do texto e o seu ensino.

4.2 Práticas de revisão e reescrita propostas pelos documentos oficiais

Após análise sobre os conceitos de revisão e a reescrita, buscamos informações mais específicas que, de fato, orientem a prática docente sobre eles. Para isso, organizamos o Quadro 2, abordando as orientações referentes à prática do professor, assim como o Quadro 3, apontando como o aluno agiria mediante esses conceitos em suas práticas de escrita. Assim, identificamos quais ações seriam levadas à sala de aula pelo professor e como seriam incorporadas pelo aluno em sua prática de sala de aula com a produção escrita, especificamente nos processos de revisão e reescrita.

Quadro 2 – Atitude do professor quanto à revisão e reescrita nos documentos oficiais

Revisão e Reescrita	Atitude do professor
PCN 1º E 2º CICLOS	<ul style="list-style-type: none"> - “Considerar o conhecimento prévio do aluno é um princípio didático para todo professor que pretende ensinar procedimentos de revisão quando o objetivo é [...] a atitude crítica diante do próprio texto.” (p. 37) - Aprende-se a revisar “por meio da participação do aluno em situações coletivas de revisão do texto escrito, bem como em atividades realizadas em parceria e sob orientação do professor [...]” (p. 55) - “A revisão de texto, como situação didática exige que o professor selecione em quais aspectos pretende que os alunos se concentrem de cada vez, pois não é possível tratar de todos ao mesmo tempo.” (p. 55)
PCN 3º E 4º CICLOS	<ul style="list-style-type: none"> - “Intervir no trabalho de revisão do texto.” (p. 58) - “[...] elaborar atividades e exercícios que forneçam os instrumentos lingüísticos para o aluno poder revisar seu texto.” (p. 77) - “Graças à mediação do professor, os alunos aprendem não só um conjunto de instrumentos lingüístico-discursivos, como também técnicas de revisão (rasurar, substituir, desprezar). Por meio dessas práticas, os alunos se apropriam, progressivamente, das habilidades necessárias à autocorreção.” (p. 78)

<p>PCN 3º E 4º CICLOS</p>	<p>- “Na escola, a tarefa de corrigir, em geral, é do professor. É ele quem assinala os erros de norma e de estilo, anotando, às margens, comentários nem sempre compreendidos pelos alunos. Mesmo quando se exige releitura, muitos alunos não identificam seus erros, ou, quando o fazem, se concentram em aspectos periféricos, como ortografia e acentuação, reproduzindo, muitas vezes, a própria prática escolar.” (p. 77)</p> <p>- “Cabe ao professor desenvolver, na análise das redações, a sensibilidade para os fatos lingüísticos, perguntando-se sempre: o que me leva a corrigir esta ou aquela forma? O que me leva a sugerir mudanças no texto? Como fazê-lo sem discriminar a linguagem dos alunos? Sobre que aspecto devo insistir inicialmente? Como levar os alunos a saber avaliar a adequação do uso de uma forma ou de outra?” (p. 80)</p> <p>- “a atividade de discussão coletiva de textos produzidos pelos próprios alunos pressupõe que o professor tenha constituído vínculos de confiança com o grupo e em um ambiente de acolhimento, de maneira a não provocar estigmas e constrangimentos.” (p. 81)</p> <p>- “quando os alunos já tiverem realizado bom número de práticas de refacção coletiva, o professor pode, gradativamente, ampliar o grau de complexidade da tarefa, propondo sua realização em duplas, em pequenos grupos, encaminhando-os para a auto-correção.” (p. 81)</p> <p>- “se os objetivos da refacção não envolverem conteúdos ligados a aspectos ortográficos ou morfossintáticos, por exemplo, apresentar, corrigida, a versão para o trabalho, para facilitar a concentração dos alunos nos temas propostos; se os objetivos da refacção envolverem conteúdos com os quais os alunos tenham pouca familiaridade, assinalar no texto escolhido as passagens problemáticas. Assim, os alunos, livres da tarefa de localizar as impropriedades, podem dedicar-se mais intensamente a pensar sobre alternativas para sua reformulação; se a refacção pretende explorar aspectos morfossintáticos, o professor pode, em lugar de apresentar um texto completo, selecionar um conjunto de trechos de vários alunos para desenvolver com mais profundidade o assunto.” (p. 81)</p>
<p>DCE-PR</p>	<p>- “[...] o professor precisa atuar como mediador, provocando os alunos a realizarem leituras significativas. Assim, o professor deve dar condições para que o aluno atribua sentidos a sua leitura, visando a um sujeito crítico e atuante nas práticas de letramento da sociedade.” (p. 71)</p> <p>- “Por meio do texto dos alunos, num trabalho de reescrita do texto ou de partes do texto, o professor pode selecionar atividades que reflitam e analisem diferentes aspectos.” (p. 79)</p> <p>- “Cabe ao professor planejar e desenvolver atividades que possibilitem aos alunos a reflexão sobre o seu próprio texto, tais como atividades de revisão, de reestruturação ou refacção, de análise coletiva de um texto selecionado e sobre outros textos, de diversos gêneros que circulam no contexto escolar e extraescolar.” (p. 80)</p> <p>- “Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das idéias, dos elementos que compõem (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há narrador, quem são os personagens, tempo,</p>

espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.); Análise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; conduza, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.” (p. 91)
--

Fonte: Os autores.

Os três documentos prescrevem atitudes, até mesmo condutas, para o professor, no tratamento com o aluno, tendo o texto como instrumento dessa interação, sempre a partir da noção de que o texto é o lugar de interação (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999; BAKHTIN, 2009; GERALDI, 1993; ANTUNES, 2003).

Nos PCN de 1º e 2º Ciclos, o conhecimento prévio do aluno é condição para que o professor conduza o trabalho com a revisão textual, levando ao desenvolvimento crítico de seu aluno. Da mesma forma, o documento propõe que a revisão seja trabalhada em duas perspectivas somente: de modo coletivo, em parceria (GARCEZ, 1998). Não há, dessa forma, a orientação para o trabalho com a revisão individual (MENEGASSI, 1998, 2013; SERAFINI, 2004; RUIZ, 2012), apesar de que se propõe o desenvolvimento de “atitude crítica diante do próprio texto”, contudo, não há orientações sobre o trabalho individual do aluno com seu texto. Isso pode se justificar pela idade escolar desses alunos. Se tomarmos como base o que propõe Ruiz (2012), a prática de revisão deve ocorrer em um processo gradativo: coletivamente, em pares, com o auxílio do professor, individualmente, até que o aluno adquira autonomia discursiva. Outro aspecto encontrado no documento é a seleção, pelo professor, dos aspectos a serem contemplados na revisão, para que os alunos dessa fase de ensino consigam compreender o processo de revisão mais eficazmente.

Por sua vez, os PCN de 3º e 4º Ciclos mantêm a mesma perspectiva do documento anterior, focando-se mais no processo de revisão e bem menos na reescrita, que ele denomina de refacção. Assim, é nítido que o principal papel no processo de revisão de textos de alunos é do professor, que deve ser um mediador entre o texto do próprio aluno e o aluno, através de apontamentos, comentários escolhidos. Dois pontos se destacam nos aspectos levantados: a) o papel do professor na interação com o texto do aluno, demonstrando que o docente deve ser consciente do que faz no texto, indagando-se sobre sua conduta frente à revisão; b) o papel de agente de

interação com o próprio aluno, constituindo-se vínculos de confiança para que o aluno aceite as sugestões apontadas nos comentários de revisão. Um ponto que marca a posição que o professor deve desenvolver no aluno é o da autocorreção, que levaria o produtor do texto a compreender os comentários do professor, para posteriormente fazer sua própria revisão textual, demonstrando o desenvolvimento de atitude crítica frente ao seu texto.

Em todo o documento, os aspectos linguísticos são muito mais enfatizados do que os discursivos, pois se encontram referências à necessidade de revisar: “os instrumentos linguísticos”, “um conjunto de instrumentos linguístico-discursivos”, “os erros de norma e de estilo”, “a sensibilidade para os fatos linguísticos”, “levar os alunos a saber avaliar a adequação do uso de uma forma ou de outra”, “conteúdos ligados a aspectos ortográficos ou morfossintáticos”, “explorar aspectos morfossintáticos”, demonstrando como o aspecto linguístico da revisão é muito forte e apregoado ainda na prática docente. Na realidade, esses aspectos apontados pelos PCN apenas salientam a prática comum do professor de revisar mais aspectos formais do que de conteúdo.

Nas DCE-PR, há continuidade, de certa forma, dos pressupostos oferecidos pelos PCN de 1º ao 4º ciclos. O professor ser mediador no texto do aluno e o desenvolvimento de um aluno crítico são os mesmos pressupostos dos PCN. Apesar de apresentar maior expansão nas discussões sobre reescrita, diferentemente dos documentos anteriores que se apegam à revisão, as DCE-PR são muito generalizantes no trato com o processo, não apresentando informações pontuais, apenas noções vagas: “o professor pode selecionar atividades que reflitam e analisem diferentes aspectos”, “Cabe ao professor planejar e desenvolver atividades que possibilitem aos alunos a reflexão”, “Encaminhe a reescrita textual”, demonstrando apenas orientações de que deve trabalhar com a revisão e a reescrita e não como elas devem ser encaminhadas pelo docente.

Ainda nesse documento, há uma ampliação de conceitos relacionados aos processos investigados, envolvendo-se aí os estudos sobre os gêneros discursivos (BAKHTIN, 2009). Nos trechos apresentados das DCE-PR, identificamos uma nova terminologia que ainda não havia sido utilizada nos documentos anteriores. Apesar de empregar o termo reescrita, as diretrizes apresentam trecho com dois outros termos, reestruturação e refacção, dando indícios de que seriam conceitos diferentes de reescrita, no entanto, não os

define especificamente, assim afirmando: “cabe ao professor planejar e desenvolver atividades que possibilitem aos alunos a reflexão sobre o seu próprio texto, tais como atividades de revisão, de reestruturação ou refacção [...]” (PARANÁ, 2008, p. 80). Entendemos aqui que o documento sugere três atividades distintas com o texto, mas não conseguimos comprovar com análises mais eficazes, por falta de material.

As análises das DCE-PR demonstram que se solicita do professor alto domínio teórico-metodológico do processo de escrita (MENEGASSI, 2010), pressupondo conhecimentos sobre: a) mediação, b) atribuição de sentidos, c) leitor crítico, d) práticas de letramentos, e) atividades variadas de reescrita, f) atividades de reflexão sobre a reescrita, g) reestruturação, h) refacção, i) análise coletiva de textos, j) gêneros discursivos escolares e extraescolares, k) revisão especializada de itens, como argumentos, l) coerência e coesão, m) continuidade temática, n) finalidade de um texto, o) adequação da linguagem ao gênero produzido, p) elementos discursivos de um texto, q) elementos textuais de um texto, r) elementos estruturais de um texto, s) elementos normativos de um texto, t) condições de produção do gênero discursivo, u) revisão em gêneros discursivos, v) reescrita em gêneros textuais. Com todos esses aspectos, o professor, de acordo com as DCE-PR, está capacitado para revisar um texto e encaminhar sua reescrita junto ao aluno. A indagação que fazemos é se o professor realmente domina todos esses conceitos e conteúdos para o ensino de língua escrita. Não cabe aqui essa discussão, infelizmente.

Dos três documentos analisados, os PCN de 3º e 4º Ciclos agregam maiores conhecimentos ao professor no trato com as orientações metodológicas.

Na sequência, analisam-se as orientações sobre as atitudes dos alunos frente à revisão e reescrita de textos.

Quadro 3 – Atitude do aluno quanto à revisão e reescrita

Revisão e Reescrita	Atitude do aluno
PCN 1º E 2º CICLOS	<p>- “1º ciclo: durante o processo de escrita, rere ler cada parte escrita, verificar a articulação com o já escrito e planejar o que falta escrever.” (p. 76)</p> <p>- Após a produção da primeira versão, trabalhar sobre o rascunho para aprimorá-lo, “considerando as seguintes questões: adequação ao gênero, coerência e coesão textual, pontuação, paginação e ortografia.” (p. 76)</p> <p>- 2º ciclo: “revisar seus próprios textos a partir de uma primeira versão e, com ajuda do professor, redigir as versões necessárias até considerá-lo suficientemente bem escrito para o momento.” (p. 80)</p>
PCN 3º E 4º CICLOS	<p>- “Espera-se que o aluno, tanto durante a produção dos textos quanto após terminá-los, analise-os e revise-os em função dos objetivos estabelecidos, da intenção comunicativa, e do leitor a que se destina, redigindo tantas versões quantas forem necessárias para considerar o texto bem escrito. Espera-se que, nesse processo, o aluno incorpore os conhecimentos discutidos e produzidos na prática de análise linguística.” (p. 98)</p>
DCE-PR	<p>- “[...] nessa etapa, o aluno irá rever o que escreveu, refletir sobre seus argumentos, suas ideias, verificar se os objetivos foram alcançados; observar a continuidade temática; analisar se o texto está claro, se atende à finalidade, ao gênero e ao contexto de circulação; avaliar se a linguagem está adequada às condições de produção, aos interlocutores; rever as normas de sintaxe, bem como a pontuação, ortografia, paragrafação.” (p. 69)</p> <p>- “[...] o aluno perceberá que a reformulação da escrita não é motivo para constrangimento. O ato de revisar e reformular é antes de mais nada um processo que permite ao locutor refletir sobre seus pontos de vista, sua criatividade, seu imaginário.” (p. 70)</p> <p>- “Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática;” (p. 91)
ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA OS ANOS INICIAIS - PR	<p>- “Outro ponto relevante que o aluno necessita compreender é que o autor assume diferentes papéis: o de quem planeja, o de quem escreve e o de quem lê para revisar e corrigir as falhas detectadas.” (p. 147)</p> <p>“É por meio dessa prática que o aluno vai, gradativamente, compreendendo a necessidade de averiguar se os recursos linguísticos empregados (vocabulário, tempos e modos verbais, elementos coesivos, entre outros) estão adequados ao gênero discursivo pretendido, ao interlocutor e ao suporte onde o texto será veiculado.” (p. 147)</p>

Fonte: Os autores.

Nos quatro documentos analisados, é notória a presença do processo de revisão como sendo o principal a ser desenvolvido pelo aluno. A reescrita praticamente não é considerada. Apesar dessa perspectiva sobre a revisão, os documentos são coerentes tanto nas atitudes propostas ao professor, quanto ao aluno.

Nos PCN de 1º e 2º Ciclos, o processo de produção textual (MENEGASSI, 2010) é marcado, quando se propõe que o aluno deve reler, verificar a articulação e planejar o seu texto, com isso, a releitura é parte do processo de revisão textual. Nesse sentido, o aprimoramento da primeira versão do texto produzido leva em conta aspectos que pretendem ser de domínio do aluno: “adequação ao gênero, coerência e coesão textual, pontuação, paginação e ortografia”. Isso significa que são aspectos que o professor deve desenvolver nos alunos para que a revisão textual se estabeleça. Na verdade, são pré-requisitos à escrita. Outro ponto que se destaca é a necessidade de desenvolver no aluno sua consciência sobre o que escreve (GARCEZ, 1998). De qualquer forma, nesse documento, fica evidente o papel de mediador do professor e de produtor de textos consciente do aluno, fazendo uso das etapas do processo de produção textual escrito.

Nos PCN de 3º e 4º Ciclos, apresentam-se alguns elementos das condições de produção dos gêneros discursivos, como: a finalidade – “objetivos estabelecidos, da intenção comunicativa”, o interlocutor – “do leitor a que se destina”. Essas orientações já determinam orientações diversas das propostas pelos demais documentos, considerando-se os elementos necessários à produção de textos escritos (GERALDI, 1997; MENEGASSI, 2012), a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin: finalidade, interlocutor, gênero discursivo, meio de circulação social, portador textual e posição do autor.

Além disso, nesse documento, propõe-se a necessidade de produção de um número não determinado de versões escritas, retirando-se a ideia comum da escola de que apenas uma reescrita é o suficiente para o texto ficar pronto: “redigindo tantas versões quantas forem necessárias para considerar o texto bem escrito”.

Outro ponto que o documento dos 3º e 4º ciclos destaca é a necessidade de que os conhecimentos linguísticos proporcionados pelas práticas de análise linguística sejam incorporados pelos alunos no processo de revisão e reescrita de textos. Na verdade, supõe-se que a análise linguística seja trabalhada pelo professor. Um destaque importante desse documento é que ele prima pelos processos de revisão e reescrita, não somente pela revisão.

As DCE-PR discutem a atitude do aluno também pelo viés das condições de produção do discurso escrito. O documento propõe para o aluno “verificar se os objetivos foram alcançados”, “se atende à finalidade, ao gênero e ao contexto de circulação”, “atendendo as situações de produção

propostas (gênero, interlocutor, finalidade...)”, além, é claro, não se esquecendo dos aspectos relacionados à linguagem: “refletir sobre seus argumentos”, “avaliar se a linguagem está adequada às condições de produção”, “rever as normas de sintaxe, bem como a pontuação, ortografia, paragrafação”. Na realidade, o documento é todo voltado aos aspectos de revisão do texto, porém, muito mais amplo em suas orientações, já voltadas aos elementos de constituição discursiva e estrutural dos gêneros do discurso. Praticamente não se abordam aspectos sobre a reescrita em si.

Por sua vez, as Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais discutem também aspectos do processo de revisão de textos escritos, deixando a reescrita como sendo inerente. Assim, o documento propõe que o aluno se posicione como autor do texto, considerando o papel de “quem escreve e o de quem lê para revisar e corrigir as falhas detectadas”, destacando a revisão apenas. O documento continua propondo ao aluno “averiguar os recursos linguísticos empregados (vocabulário, tempos e modos verbais, elementos coesivos, entre outros)”, que orientam a revisão do seu texto, em função das condições de produção do texto, isto é, se “estão adequados ao gênero discursivo pretendido, ao interlocutor e ao suporte onde o texto será veiculado”. Nesse sentido, as Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais também se preocuparam em considerar as condições de produção do discurso escrito.

Destaca-se como aspecto principal dos documentos analisados, em relação à atitude do aluno quanto à revisão e reescrita de textos, que os elementos das condições de produção são efetivamente considerados, demonstrando sua relação com a concepção de linguagem interacionista e a concepção de escrita como trabalho (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991; FIAD, 2009; MENEGASSI, 2010; SERCUNDES, 2011) propostas por todos eles. É importante perceber que, em todos os documentos, preza-se pela autonomia do aluno no processo de revisão. Assim, ele deve trabalhar sobre o seu rascunho, revisar aspectos formais do texto, perceber se atende aos objetivos propostos e à intenção comunicativa e, então, corrigir as falhas detectadas. Nessa perspectiva, os PCN 1º e 2º ciclos e as DCE-PR destacam a mediação do professor durante o processo.

Reforça-se, nos dois PCNs, a necessidade de produzirem várias versões até que se considere que o texto esteja bem escrito, o que nos remete à concepção de escrita como trabalho, fruto de um processo de idas e vindas, de reflexão (ANTUNES, 2003; FIAD, 2009). Tal concepção também ressoa nas Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais-PR, que compreendem a

prática de revisão e reescrita como um percurso gradativo que o aluno vai internalizando.

Esta discussão permite-nos depreender que há certo desencontro, no tocante ao trabalho com a revisão e reescrita de textos, entre os documentos oficiais. O fato de os PCNEM e os PCN+ não abordarem o assunto mostra que os Parâmetros são, de certa forma, independentes, isto é, não são pensados com o intuito de uma progressão nos níveis de ensino.

Nos PCN 1º e 2º ciclos, encontramos uma abordagem mais geral sobre o assunto, enquanto os PCN 3º e 4º ciclos foram os mais elucidativos entre os documentos analisados, pois além de definirem e destacarem a importância da prática de revisão e reescrita em situação de ensino, são os que mais apresentam orientações para encaminhamento da prática docente. As DCE-PR falham por não definirem nem justificarem a necessidade desse trabalho, porém avançam ao alertar que a revisão deve considerar as especificidades do gênero trabalhado. Já as Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais-PR não discutem sobre a prática, indicando apenas que a intervenção docente ou a dos colegas dos alunos é importante. Há, entretanto, um destaque para o fato de que a apropriação das estratégias de revisão e reescrita ocorre de forma gradativa, de modo que, aos poucos, o aluno vai percebendo seus diferentes papéis no processo de produção textual.

Considerações Finais

A fim de compreender melhor as informações que destacamos de cada documento, apresentamos o Quadro 4, que demonstra, de forma bastante objetiva, os principais pressupostos observados em cada um dos documentos analisados.

O Quadro 4 confirma o desencontro entre os documentos oficiais, tanto nacionais quanto estaduais, no que diz respeito ao trabalho de revisão e reescrita de textos no contexto escolar. Observamos que os documentos no Paraná abordam o tema e os conceitos, mas, nas Orientações para os Anos Iniciais, faltam discussões que direcionem a prática docente, especialmente por se tratar de alunos em fase de aquisição da escrita. Apesar disso, é válido ressaltar que apenas os documentos paranaenses fazem referência explícita aos pesquisadores que lhes servem de base, defendendo, especialmente, os pressupostos de Bakhtin e seu Círculo, com relação aos gêneros e ao dialogismo.

Quadro 4 – Panorama das proposições dos documentos analisados

Revisão e reescrita	O que é?	Como?	Por quê?	Atitude professor	Atitude aluno
PCN 1º e 2º CICLOS	- Forma de controle de qualidade da produção textual.	- Por meio de operações linguístico-discursivas.	- Para tornar o aluno um escritor competente.	- Considerar conhecimento prévio do aluno; - Propor situações de revisão e reescrita coletiva e em pares, sob orientação do professor. - Selecionar os aspectos que deseja trabalhar. Não abordar todos de uma única vez.	- Trabalhar sobre o rascunho de seu texto, visando a aprimorá-lo.
PCN 3º e 4º CICLOS	- Movimentos do sujeito para reelaborar seu texto.	- Por meio de operações linguístico-discursivas.	- Para que o aluno aprenda e reflita sobre a própria linguagem	- Atuar como mediador; - Propor revisões e reescritas coletivas, em pares e individuais; - Selecionar os aspectos que deseja trabalhar. Não abordar todos de uma única vez	- Atentar para a situação comunicativa; - Incorporar conhecimentos adquiridos nas práticas de análise linguística.
PCNEM	-	-	-	-	-
PCN+	-	-	-	-	-
DCE-PR	-	- Por meio de operações linguístico-discursivas.	-	- Atuar como mediador; - Na revisão, observar se o texto atende às especificidades do gênero proposto.	- Refletir sobre seus argumentos' - Reescrever conforme o encaminhamento do professor.

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS ANOS INICIAIS- PR	-	- Por meio de operações linguístico-discursivas.	- Para progredir por meio da formulação e reformulação de hipóteses.	-	- Tomar ciência de seus diferentes papéis: planejar, escrever, ler para revisar, corrigir as falhas observadas.
--	---	--	--	---	---

Fonte: Os autores.

Embora não tenham apontado no corpo do texto a sua base teórica, os PCN 3º e 4º ciclos são os mais completos ao proporem a prática de revisão e reescrita. Além de definirem os conceitos, oferecem caminhos metodológicos que podem orientar a prática do professor, fazendo compreender que a reescrita deve ser trabalhada de maneira pensada pelo aluno, porém, a reflexão do professor sobre a sua prática deve ser anterior ao trabalho do aluno, no sentido de contribuir com o diálogo entre professor/ revisor e aluno/autor, passo imprescindível nesse processo.

Dessa forma, neste texto, compreendemos as caracterizações sobre como os conceitos de revisão e a reescrita de textos apresentados e discutidos nos documentos oficiais, entendendo esses processos fundamentais para a produção de textos escritos na escola, permitindo a ampliação sobre os estudos a respeito da produção textual escrita em situação de ensino escolar.

Atenta-se, também, para a necessidade de aprofundar as discussões acerca do processo de instrumentalização do professor para o trabalho com revisão e reescrita em situação de ensino, tanto em sua formação continuada (GASPAROTTO; MENEGASSI, 2013) como nos documentos oficiais que devem nortear o planejamento e a prática de sala de aula.

Referências

ACOSTA-PEREIRA, R. Contribuições dos estudos sobre gêneros do discurso para a análise linguística em sala de aula: perspectivas dialógicas. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 5, n. 2, p. 21-41, 2011.

ACOSTA-PEREIRA, R.; RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso sob perspectiva da Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin. *Letras, Santa Maria*, v. 20, n. 40, p. 147-162, jan./jun. 2010.

ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares Nacionais*. Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. SEMTEC. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

COSTA-VAL, M. da G. et al. *Avaliação do texto escolar: professor-leitor/ aluno-autor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FABRE, C. La reécriture dans l'écriture: le cas des ajouts dans les écrits scolaires. *Études de Linguistique Appliquée*, v. 68, p. 15-39, 1987.

FARACO, C. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. *A escrita como trabalho*. São Paulo: Contexto: 1991.

FIAD, R. S. Episódios de reescrita em textos infantis. *Estudos Linguísticos*, v. 38, n. 2, p.9-18, 2009.

FUZA, A. F; MENEGASSI, R. J. Revisão e reescrita de textos a partir do gênero textual conto infantil. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 1, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2012.

GARCEZ, L. H. C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GASPAROTTO, D. M., MENEGASSI, R. J. A mediação do professor na revisão e reescrita de textos de aluno de Ensino Médio. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 29-43, jan./abr. 2013.

GERALDI, J. W. (Org.). *O texto na sala de aula*. Cascavel: Assoeste, 1984.

GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JESUS, C. A. Reescrevendo o texto: a higienização da escrita. In: CHIAPPINI, L. (Org.). *Aprender e ensinar com textos de alunos*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 99-117.

LEAL, L. de F. V. A formação do produtor de texto escrito na escola: uma análise das relações entre os processos interlocutivos e os processos de ensino. In: VAL, M. G. C. (Org.). *Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto*. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

MENEGASSI, R. J. *Da revisão à reescrita: operações e níveis lingüísticos na construção do texto*. 1998. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis.

MENEGASSI, R. J. O processo de produção textual. In: SANTOS, A. R.; GREGO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). *A produção textual e o ensino*. Maringá: Eduem, 2010. p. 75-102.

MENEGASSI, R. J. Conceitos bakhtinianos em comandos de prova de redação. In: FIGUEIREDO, D. C. et al. (Orgs.). *Sociedade, cognição e linguagem: apresentações do IX CELSUL*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 251-276.

MENEGASSI, R. J. A revisão de textos na formação docente inicial. In: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M. *Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 105-131.

MOTERANI, N. G. *A reescrita de textos nas 7ª e 8ª séries do ensino fundamental: caracterização de aspectos linguístico-discursivos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1990.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica: Língua Portuguesa*. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em <<http://goo.gl/QIcij1>>. Acesso em: 10 maio 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Ensino fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais*. Curitiba, 2010.

RUIZ, E. D. *Como corrigir redações na escola*. São Paulo: Contexto, 2012.

ROCHA, G. O papel da revisão na apropriação de habilidades textuais pela criança. In: VAL, M. G. C.; ROCHA, G. (Orgs.). *Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto: o sujeito-autor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 69-83.

ROJO, R. (Org.) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2008.

SERAFINI, M. T. *Como escrever textos*. 12. ed. Tradução Maria Augusta de Matos. Adaptação Ana Maria Marcondes Garcia. São Paulo: Globo, 2004.

SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever: as práticas em sala de aula. In: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Coords.). *Aprender e ensinar com textos de alunos*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 75-97.

Recebido em: 29/03/2014

Aceito: 19/09/2014